

Isabel Jonet e os bifés

Debate Crise e pobreza Laura Ferreira dos Santos

Diálogo entre Vincent Corleone e Don Lucchesi, homem forte de uma Máfia emergente:

Vincent: Você é um homem das finanças e da política, coisas de que eu não percebo nada.

Don Lucchesi: Mas percebe de armas, não?

Vincent: Sim.

Don Lucchesi: As finanças são uma arma. A política é saber quando puxar o gatilho. (filme *O Padrinho*, parte III)

Não pretendo pôr em causa a eficácia com que dizem que o Banco Alimentar está a ser gerido. Mas pretendo pôr em causa o tipo de discurso que Isabel Jonet (I.J.) teve num programa recente da SIC, por pensar que esse tipo de discurso é politicamente muito perigoso, apesar de I.J. se afirmar “não-política”. Mas se a política, no seu sentido originário, tem que ver com a arte de governar a “cidade”, então não se pode deixar de reconhecer que I.J. fez um discurso político, embora dizendo que não o fazia ou não sabia fazê-lo. Fundamentalmente, I.J. disse que a grave situação económica e social em que se encontra Portugal e outros países como nós se deve sobretudo à voracidade dos seus cidadãos, cada vez mais consumistas. Por isso, vamos ter que empobrecer muito e reaprender a viver mais pobres: “Se não temos dinheiro para comer bifés todos os dias, não podemos comer bifés todos os dias”.

A questão é que, mesmo do ponto de vista alimentar, comer carne todos os dias não é saudável, há que variar a fonte de proteínas. O que não se pode é viver sem elas. Portanto, alguma alternativa tem de haver ao bife, se se pretende manter a saúde dos portugueses, sobretudo dos mais carenciados.

O que mais me perturba nas afirmações de I.J. é fazer de conta que não existimos dentro de um determinado sistema económico-financeiro e político alargado, de tendência mais ou menos neoliberal, que tem determinado as escolhas dos governantes. I.J. fala como se não existissem críticas sustentadas às orientações da União Europeia e ao próprio modelo de origem desta “união”, e só conhecesse e reconhecesse as exigências da *troika* e do actual Governo. Mas não se pode reduzir a história complexa do nosso actual mal-estar a atitudes consumistas, rasurando, por ex., as origens da “bolha imobiliária” dos EUA e as suas repercussões na Europa. Basta ler um livro pequeno, mas excelente, do historiador Tony Judt, *Um Tratado sobre os Nossos Actuais Descontentamentos*, para percebermos um pouco donde vem esta “retórica” da “admiração acrítica dos mercados sem entraves, [do] desdém pelo



sector público [e] a ilusão do crescimento ilimitado”.

Concretamente quanto à condenação do consumismo, sabemos que tem sido lema de muita esquerda e de muito pensamento cristão social e social-democrata. Em França, desde 2006, até existe um partido do âmbito da dita esquerda que se chama Partido para o Decrescimento (*décroissance*).

Sintomaticamente, os colegas de mesa de I.J., M. Ferreira Leite e Rui Vilar, não só se abstiveram de concordar com I.J., mas foram, a meu ver, mostrando a sua discordância de forma indirecta. Ferreira Leite quando, por ex., disse que em economia há sempre alternativas e que não queria um Estado Social só para emergências, como defendia I.J.; Rui Vilar quando, por ex., citou dois relatórios recentes: um do FMI, reconhecendo que o excesso de austeridade agrava os processos de recessão, outro do Conselho Económico e Social português, em que se alertava para a possibilidade bem palpável de, com as actuais políticas, virmos a sofrer dor, mas afinal sem o desejável “ajustamento”. Rui Vilar falou mesmo de parecermos estar a sofrer uma “punição moral”, lamentando que não concertássemos estratégias para uma melhor sobrevivência à “crise” com países europeus também em dificuldade.

Finalmente: I.J. disse que devíamos ajudar as pessoas “sobretudo para não ficarem completamente enraivecidas contra a falência total de um sistema” que não lhes permite a integração. Pela minha parte, pensava que se devia ajudar as pessoas porque essa era a nossa obrigação para respeitar a dignidade de quem se encontra carenciado. Afinal, estava enganada.

Docente da Universidade do Minho
laura.laura@mail.telepac.pt

(Não) é a vida: a crise como fado

Tribuna O fatalismo português Patrícia Vieira

“É a vida...”, exclamamos com frequência, acompanhando a expressão de um suspiro e de um encolher de ombros. Acidentes pessoais, desastres naturais, ou a inevitabilidade da morte são circunstâncias que não podemos mudar e todos reconhecemos que, quando algo não tem remédio, remediado está. Esta resignação dos portugueses face a catástrofes pessoais e colectivas torna-se, no entanto, problemática quando aplicada à actual crise económica. É que, espartilhada por uma cada vez maior austeridade, a vida de um crescente número de cidadãos, simplesmente, não é vida.

A cosmovisão fatalista que se encontra na origem da expressão “é a vida...” tem raízes profundas em Portugal. Aliado à noção de que o período áureo da nação coincidiu com o ciclo das grandes viagens marítimas, o fatalismo é o reverso de um decadentismo que encontramos já em algumas passagens de *Os Lusíadas* e que posteriormente se instala como traço fulcral da nossa cultura. Dos escritos desencantados dos estrangeirados setecentistas às reflexões de Antero de Quental sobre a “decadência dos povos peninsulares”, das reacções ao Ultimato britânico de 1890 às meditações de António Sérgio sobre o “reino cadaveroso”, o declínio da nação tem sido uma constante na definição das características do país pelos nossos intelectuais mais destacados.

No contexto de um tão longo período identificado como decadente, não surpreende que o fatalismo surja como a atitude mais adequada para fazer face aos reverses da fortuna. Instalou-se a convicção de que o declínio é inevitável e veio para ficar, mas a culpa não é nossa. Este é, afinal, o nosso destino: “É a vida...”

O fado é talvez a expressão artística mais acabada do fatalismo nacional. Nas letras de algumas das músicas mais populares o fado, ou destino, é frequentemente personificado de forma a encarnar uma força superior ao indivíduo, com uma vontade própria, usualmente punitiva. O fado torna-se assim num avatar de uma longa linhagem de figuras mitológicas tais como a deusa romana Fortuna, origem da Roda da Fortuna medieval, cujas determinações, incompreensíveis para os mortais, exprimiam desígnios divinos. Não há como escapar ao fado, restando assim a cada pessoa acatar os seus caprichos e submeter-se dócil e passivamente aos seus planos insondáveis.

Os políticos portugueses têm sabido aproveitar-se deste nosso traço cultural para naturalizar e justificar a situação dramática que o país atravessa. A crise

é insidiosamente descrita em termos de um cataclismo inevitável, comparável a um terramoto ou a tufão. As deliberações dos mercados e os ditames da *troika* revestem-se da aura do sagrado, reduzindo-se a classe política a um oráculo que traduz as mensagens dos deuses para o entendimento do comum dos mortais. Consequentemente, decisões políticas tais como o crescente número de medidas de austeridades adoptadas pelo Governo são apresentadas não como deliberações de um poder soberano, mas como a única reacção possível à fatalidade que enfrentamos.

Temos assistido a um esforço concertado para mascarar a crise económica e as concomitantes medidas de austeridade como o nosso fado, perante o qual nos temos que sacrificar, *mantra* que repetem vezes sem conta tanto o Presidente da República como o primeiro-ministro.

A conceptualização da crise como fado tem duas consequências principais: por um lado, a noção de que a actual conjuntura resulta de uma calamidade inevitável desresponsabiliza aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para o problema: a elite política e económica, os bancos, e a União Europeia. Por outro lado, desencoraja a

mobilização da população contra as acções do Governo, na medida em que governantes e povo não passariam de vítimas do fado nacional, contra o qual seria inútil lutar.

Uma forma de combater esta visão fatalista da crise que gera tanto impunidade como inacção é reactivar o sentido positivo da própria palavra “crise”, que, etimologicamente, remete para um momento decisivo, uma viragem que marca o início de uma nova etapa. Se o fatalismo implica uma aceitação implícita das circunstâncias vigentes, a crise permite a emergência de algo novo que desestabiliza o *statu quo*. Uma crise abre, antes de mais, a possibilidade da crítica (não será despreciando que as duas palavras partilhem a mesma raiz etimológica), na medida em que qualquer situação-limite oferece novas perspectivas sobre práticas até então consideradas normais. A actual crise é o momento ideal para os portugueses encararem de modo crítico o seu fatalismo e tomarem finalmente consciência de que, mais do que aos políticos ou à *troika*, compete aos cidadãos decidir sobre o futuro do país.

Professora, Universidade de Georgetown
www.patriciavieira.net